internacional

internacional@jornaldocomercio.com.br

Presidente do Equador dissolve o Parlamento

Lasso usou manobra prevista na Constituição para evitar impeachment

/ AMÉRICA DO SUL

ECUADOR'S PRESIDENCY PRESS OFFICE/AFP/JC

Lasso anunciou que novas eleições devem ocorrer em até seis meses

O presidente do Equador, Guillermo Lasso, dissolveu ontem a Assembleia Nacional, liderada pela oposição do país, e convocou novas eleições presidenciais e legislativas. A medida drástica se dá em meio ao andamento de seu processo de impeachment, iniciado na terça-feira. Era a segunda vez em menos de um ano que ele passava pelo julgamento, que em junho de 2022 ocorreu durante violentos protestos indígenas contra o alto custo de vida e terminou a oito votos de sua destituição. Agora, o processo é motivado por acusações de desvio de dinheiro.

A medida está prevista na Constituição equatoriana, mas nunca tinha sido utilizada antes. Ela permite que o presidente governe por decreto até que novas eleições sejam realizadas, em até seis meses – que segundo analistas podem se estender a oito na prática, pelos ritos eleitorais.

A ferramenta pode ser acionada em três casos: se o Legislativo assumir funções que não lhe correspondam, se obstruir o governo "de forma reiterada e injustificada" ou devido a uma grave crise política e comoção interna. Lasso cita esse último motivo no decreto publicado nesta manhã.

"Notifique-se o Conselho Nacional Eleitoral para que convoque eleições dentro do prazo de 7 dias", diz o documento, que também solicita a notificação dos parlamentares, ressaltando que não há direito a reparação ou indenização pela perda dos cargos. O presidente que for eleito assume pelos cerca de 18 meses restantes do mandato de Lasso, até as eleições de 2025.

Após a medida, militares cercaram o prédio da Assembleia Nacional para impedir a entrada de legisladores ou funcionários. Um chefe das Forças Armadas de alto escalão disse ao jornal equatoriano "La Hora" que a instituição estava apenas vigiando e cumprindo a lei, que é constitucional.

O mecanismo utilizado por Lasso é conhecido como Morte Cruzada, que consiste no mandatário do país dissolver a Assembleia Nacional. A medida foi costurada na Constituição do Equador de 2008, durante a gestão do ex-presidente Rafael Correa. A morte cruzada ainda não tinha sido invocada por nenhum presidente, mas seu uso foi cogitado por analistas e políticos do país sul-americano por conta do clima político.

O poder de dissolver a Assembleia Nacional tem sido objeto de debate desde a sua inclusão na constituição em 2008, com argumentos positivos relacionados a uma ajuda do mecanismo para resolver crises de governança, e que a mera ameaça ou possibilidade de dissolução da Assembleia Nacional poderia acelerar as decisões dos parlamentares.

Este mecanismo foi incluído na Constituição por conta de lembranças recentes de turbulências políticas no país que causaram o fim prematuro de três mandatos presidenciais. De 1996 a 2005, três presidentes foram derrubados: Abdalá Bucaram, Jamil Mahuad e Lucio Gutiérrez.

Cristina Kirchner confirma que não será candidata à presidência

A vice-presidente da Argentina, Cristina Kirchner, anunciou em uma carta pública que não irá se candidatar à presidência nas eleições de outubro. Ela já havia dado declarações neste sentido e confirmou a expectativa na terça-feira.

Na carta, Cristina se diz vítima de uma perseguição judicial-midiática que resultou em um atentado contra ela em setembro passado e na condenação por corrupção em dezembro. Ela acusa os juízes de quererem enfraquecer o peronismo através da justiça. "Não foi uma decisão precipitada ou um produto do momento, mas uma decisão fundamentada e ponderada. Eu os conheço (referindo-se aos juízes), sei como pensam, como agem e como vão agir", escreve.

Segundo ela, a sua retirada é para preservar o peronismo e evitar que haja uma candidatura proibida. O anúncio acontece um mês depois de o presidente Alberto Fernandez abandonar a disputa. O opositor e sucessor de Cristina, Mauricio Macri, fez o mesmo. O cenário eleitoral é incerto e nomes como Javier Mile e Patricia Bullrich despontam entre os candidatos. O nome da coalizão governista Frente de Todos ainda é desconhecido, mas há rumores que seja o ministro da Economia, Sergio Massa.

Cristina argumenta que a sua situação política na Argentina é resultado "da eliminação dos adversários políticos" do que ela chama de Partido Judiciário, referindo-se à Justiça do país. "Eles nos provocam dessa fachada de justiça e democracia mutiladas e querem que caiamos no terreno que eles querem: violência e intolerância", afirmou.

Desde que foi acusada, em 2022, por crimes de administração fraudulenta e prejuízo à administração pública na concessão de contratos para execução de obras públicas enquanto era presidente, entre 2007 e 2015, Cristina dava sinais de que não ia se candidatar.

O país vive uma grave crise econômica, com inflação acima de 100% e desemprego em alta, e de violência. Segundo pesquisa divulgada em abril pelo jornal Clarín e feita pela Reale Dalla Torre Consultores, o aumento do custo de vida é a principal causa de preocupação para os argentinos na eleição deste ano, citada por 80% dos entrevistados. Depois, vem a segurança pública, com 60%.

JUAN MABROMATA/AFP/JC

Vice-presidente se diz vítima de uma perseguição judicial-midiática

Nicolas Sarkozy perde recurso e terá que usar tornozeleira eletrônica

/ FRANÇA

O ex-presidente da França Nicolas Sarkozy perdeu o recurso que havia apresentado contra sua condenação em primeira instância por corrupção e tráfico de influência de 2021. Nesta quarta-feira, a Corte de Apelações de Paris determinou a manutenção da pena que o líder recebeu à época, que inclui um ano de prisão domiciliar com uso de tornozeleira eletrônica.

Advogada do ex-presidente, Jacqueline Laffont afirmou que sua defesa levará o caso à Corte de Cassações, equivalente francês do Supremo Tribunal Federal. Sarkozy não começará a cumprir a pena determinada nesta quarta-feira até que seu caso tenha sido julgado pela mais alta instância judiciária do país.

Sarkozy ouviu a decisão da manutenção de sua pena do banco dos réus. Aos 68 anos, o ex-mandatário tinha o semblante tenso, e deixou a corte sem dar declarações a jornalistas. A sentença dada a ele inclui ainda a perda de seus direitos políticos por três anos, o que significa que ele não pode votar ou se candidatar a um cargo público durante o período.

Ele foi condenado em primeira instância em março de 2021. A decisão foi considerada histórica por se tratar da primeira vez em que um ex-líder francês foi julgado culpado por um caso de corrupção ocorrido durante seu mandato - Jacques Chirac, antecessor de Sarkozy, também havia sido condenado por corrupção, mas seu processo era relativo a irregularidades cometidas quando ele era prefeito de Paris, e não ocupante do Palácio do Eliseu.

As acusações contra Sarkozy têm origem em apurações iniciadas pela Promotoria francesa em 2014. Então, investigadores envolvidos em outro caso, que apurava se o ex-presidente tinha recebido recursos da ditadura líbia para financiar sua campanha de 2007, haviam instalado escutas nos seus telefones. Sem querer, depararam-se com duas linhas de telefone pré-pagas e não oficiais que, adquiridas sob o pseudônimo de Paul Bismuth, eram usadas por Sarkozy para conversar com seu advogado e amigo Thierry Herzog.